

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2013

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
Em 2013, o Conselho de Administração, em conjunto com a Diretoria, revisou a missão, a visão de futuro e os valores do Grupo Neoenergia. Com essa iniciativa e face aos novos desafios apresentados para o setor energético no Brasil, o Grupo renovou seu compromisso com o desenvolvimento sustentável do país e reformulou o enunciado de sua Missão: "Ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade". Essa é a razão de ser do Grupo Neoenergia. E esse compromisso se confirmou por meio dos investimentos feitos pelo Grupo na geração, transmissão e distribuição de energia.
Na Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. – Afluente G, foi investido, no ano de 2013, R\$ 6,5 milhões no processo de modernização das UHEs Presidente Goulart e Alto Fêmeas, com reforma e automatização das duas usinas. A automatização das instalações teve como objetivo aumentar as condições de segurança e desempenho dos equipamentos das plantas e viabilizar a operação remota destas usinas a partir do Centro de Operações - COS da Neoenergia. Esse investimento viabilizará uma redução de custos e despesas com operação da ordem de R\$ 500 mil anuais. Em 2013 o EBITDA da companhia foi de R\$ 11,8 milhões e o lucro líquido foi de R\$ 8,4 milhões.
Ciente da sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do País, parte integrante de um dos 40 maiores grupos econômicos do Brasil, a Afluente G está preparada para prosseguir gerando energia, com o propósito firme de ser admirado pelos seus clientes, governo e colaboradores e reconhecido, nacionalmente, como referência em inovação, padrões de operação, qualidade de atendimento, rentabilidade e crescimento.

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente do Conselho de Administração

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

O crescimento da economia brasileira em 2013 apresentou uma evolução em relação ao ano de 2012 de 2,3%. Em suma dos principais indicadores econômicos do Brasil, o PIB cresceu abaixo dos países da América Latina e possui tendência de crescimento da inflação. Na região Nordeste, que concentra maior parte dos ativos do Grupo Neoenergia, o ritmo de atividade foi freado devido aos efeitos da seca sobre a renda agrícola e o moderado avanço do setor industrial. Apesar destes fatos, a Região Nordeste ainda deve seguir com um crescimento no PIB acima das outras regiões do Brasil, mantendo a trajetória que ocorreu em 2012. As perspectivas para evolução da atividade econômica no Nordeste revelam-se positivas para os próximos trimestres mantendo-se o cenário de dinamismo do mercado de trabalho e continuidade dos programas sociais do governo federal.

2. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. (Afluente G ou Companhia), é resultado da conclusão do processo de desverticalização dos ativos de geração e transmissão da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba, distribuidora de energia elétrica também controlada da Neoenergia. Esse processo foi determinado pelo poder concedente, que definiu que as empresas de distribuição devem ter em seus balanços somente os ativos destinados para este fim, e foi finalizado em setembro de 2005 com a criação da Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. As ações dessa empresa foram transferidas para a Neoenergia, sem prejuízo aos acionistas da Coelba. Em 2009 a Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. foi cindida em Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. e Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. Em 20 de dezembro de 2010, foi assinado o contrato de concessão no 002/2010 da Afluente G com vencimento em agosto de 2027.
A base acionária atual da Companhia é composta pela Neoenergia S.A. (87,8%), Iberdrola Energia S.A. (8,5%), PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (2,3%) e um free float de 1,37%.

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia seguem as diretrizes recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) para assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram a holding e a unificação de processos, com ganhos de escala.
A estrutura de governança é composta por Conselho de Administração e Diretoria, com o apoio dos comitês instalados apenas na holding, todos contribuem para as deliberações e tomadas de decisão. Ressalta-se que a Diretoria das empresas Controladas pela Neoenergia está estruturada de forma matricial na qual os Diretores estatutários da holding também são diretores de todas as Controladas da Neoenergia. O Acordo de Acionistas da Neoenergia orienta a atuação dos conselheiros e estabelece cláusula para abstenção de voto sobre temas que possam representar conflito de interesses.

4. AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2013 podemos destacar algumas questões importantes que ocorreram no setor elétrico: Medida Provisória 579, alteração na metodologia de cálculo das tarifas de transmissão (TUST), Resolução CNPE 03/13, nível de armazenamento dos reservatórios, e Portaria MME 455/12, e aprovação da metodologia aplicável ao 3º ciclo de revisão periódica das RAPs das concessionárias de serviço público de transmissão.
A Medida Provisória 579 foi editada em 11/09/2012 e transformada na Lei 12.783 em 11/01/2013, tendo como objetivos a desonerização dos encargos setoriais e a renovação das concessões vindicas de geração, transmissão e distribuição, resultando na redução da tarifa de energia elétrica para o consumidor final. Apenas as concessões outorgadas antes da Lei nº 8.987/95 foram impactadas por esta nova regulamentação.
As empresas de geração do grupo Neoenergia não foram diretamente afetadas pela MP 579, visto que suas concessões foram outorgadas após a publicação da Lei nº 8.987/95. No entanto, a renovação das concessões das empresas de transmissão proporcionou a redução da tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST do nível tarifário da transmissão, o que representou um ganho para as empresas de geração.

A Resolução Normativa nº 117/04 estabeleceu o valor da TUST dos agentes de geração no período de 01/07/2005 a 30/06/2013, prevendo o seu recálculo a partir de 01/07/2013, quando a ANEEL poderia rever a metodologia de cálculo da TUST. Nesse sentido, a Resolução Normativa nº 559/13 determinou uma alteração na metodologia de cálculo da tarifa de transmissão. Os valores de TUST vigentes a partir de 01/07/2013 foram calculados a partir do valor médio da TUST projetada para os próximos 10 anos, de modo a refletir o custo de ampliação da rede de transmissão. O novo regulamento visa reduzir as incertezas dos agentes em relação a variação anual da TUST ao longo do tempo.
A aplicação da nova metodologia, combinada com o recálculo da TUST a partir de 01/07/2013, propiciou uma redução de custos adicional para as empresas de geração da Neoenergia.
Outra alteração regulatória importante durante o ano de 2013 foi a edição da Resolução nº 3/2013 pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE. A referida Resolução alterou a forma de rateio do custo dos Encargos de Serviço do Sistema - ESS por Segurança Energética, necessários para manutenção da segurança do Sistema Interligado Nacional - SIN em períodos de recessão hidrológica. Nestes períodos, torna-se necessário o acionamento de usinas térmicas em patamares superiores aos estabelecidos pelos estudos energéticos realizados pelo ONS, com o objetivo de evitar a redução acentuada do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas.
Tal alteração teve impacto direto sobre as empresas de geração do grupo Neoenergia, que ficaram sujeitas ao pagamento de um custo elevado e não previsto. Para contornar esse problema, o grupo Neoenergia, por meio das associações de classe do setor elétrico, impetrou uma ação judicial para suspender os efeitos da Resolução CNPE 03/13. Tal ação permitiu que uma liminar judicial suspendesse a cobrança dos encargos apurados para as empresas de geração associadas (incluindo as geradoras do grupo), até que o mérito da questão seja apreciado pela justiça.
Como consequência do período hidrológico desfavorável verificado durante os anos de 2012 e 2013, os reservatórios das usinas hidrelétricas atingiram o nível mais baixo em uma década. Tal situação levou o Operador Nacional do Sistema a elevar o nível de despacho das usinas térmicas. Essa situação, além de acarretar em pagamento de ESS para os agentes, elevou o valor do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD, referência para a negociação de energia no mercado de curto prazo.
Mais uma alteração regulatória foi a publicação da Portaria 455/12 pelo Ministério de Minas e Energia - MME. A referida Portaria altera a sistemática de registro de contratos de compra e venda de energia, que deixa de ser realizada após o fechamento do mês em curso (ex-post) e passa a ser realizada ao final de cada semana de negociação (ex-ante). Os agentes do mercado, especialmente os comercializadores de energia, se assustaram com as mudanças não previstas.

12. BALANÇOS SOCIAIS – INFORMAÇÃO ADICIONAL (não auditado) - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

| 1 - BASE DE CÁLCULO | 2013 (R\$ mil) | | | | 2012 (R\$ mil) | | | |
|---|----------------------|-----------------------|------------------------|-------------------------|----------------------|-----------------------|------------------------|-------------------------|
| Receita Líquida (RL) | 29.204 | | | | 23.521 | | | |
| Resultado Operacional (RO) | 9.478 | | | | 11.751 | | | |
| Folha de Pagamento Bruta (FPB) | 2.085 | | | | 2.101 | | | |
| Valor Adicionado Total (VAT) | 15.567 | | | | 16.275 | | | |
| 2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS (1) | R\$ mil | % sobre FPB | % sobre RL | % sobre VAT | R\$ mil | % sobre FPB | % sobre RL | % sobre VAT |
| Alimentação | 69 | 3,30 | 0,24 | 0,44 | 89 | 4,23 | 0,38 | 0,55 |
| Encargos sociais compulsórios | - | - | - | - | 24,083 | - | - | - |
| Previdência privada | 37 | 1,76 | 0,13 | 0,24 | 57 | 2,70 | 0,24 | 0,35 |
| Saúde | 106 | 5,09 | 0,36 | 0,68 | 80,977 | 3,85 | 0,34 | 0,50 |
| Segurança e saúde no trabalho | - | 0,01 | - | - | - | - | - | - |
| Creches ou auxílio-creche | 26 | 1,24 | 0,09 | 0,17 | 14 | 0,66 | 0,06 | 0,09 |
| Transporte | - | - | - | - | 169 | - | - | - |
| Participação nos lucros ou resultados | 205 | 9,83 | 0,70 | 1,32 | 46 | 2,19 | 0,20 | 0,28 |
| Outros | - | - | - | - | 18 | - | - | - |
| Total - Indicadores sociais internos | 442 | 21,21 | 1,51 | 2,84 | 497 | 23,66 | 2,11 | 3,05 |
| 3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS | R\$ mil | % sobre RO | % sobre RL | % sobre VAT | R\$ mil | % sobre RO | % sobre RL | % sobre VAT |
| Pesquisa e desenvolvimento tecnológico | 229 | 2,42 | 0,78 | 1,47 | - | - | - | - |
| Total - Contribuições para a sociedade | 229 | 2,42 | 0,78 | 1,47 | - | - | - | - |
| Tributos (exceto encargos sociais) | 2.643 | 27,89 | 9,05 | 16,98 | 1.760 | 14,98 | 7,48 | 10,81 |
| Total - Indicadores sociais externos | 2.872 | 30,30 | 9,83 | 18,45 | 1.760 | 14,98 | 7,48 | 10,81 |
| 4 - INDICADORES AMBIENTAIS | R\$ mil | % sobre RO | % sobre RL | % sobre VAT | R\$ mil | % sobre RO | % sobre RL | % sobre VAT |
| Investimentos relacionados com a operação da empresa | 41 | 0,43 | 0,14 | 0,26 | 131 | 1,12 | 0,56 | 0,81 |
| Total dos investimentos em meio ambiente | 41 | - | - | - | 131 | 1,12 | 0,56 | 0,81 |
| Quando ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral e na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa: | (X) Não possui metas | () Cumpre de 0 a 50% | () Cumpre de 51 a 75% | () Cumpre de 76 a 100% | (X) Não possui Metas | () Cumpre de 0 a 50% | () Cumpre de 51 a 75% | () Cumpre de 76 a 100% |
| 5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL | 2013 | | | | 2012 | | | |
| Nº de empregados(as) ao final do período | 6 | | | | 18 | | | |
| Nº de admissões durante o período | 1 | | | | - | | | |
| Nº de desligamentos durante o período | 5 | | | | 2 | | | |
| Nº de empregados acima de 45 anos | 2 | | | | 2 | | | |
| Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos: | | | | | | | | |
| de 18 a 35 anos | 3 | | | | 4 | | | |
| de 36 a 60 anos | 3 | | | | 14 | | | |
| Nº de empregados por nível de escolaridade, segregados por: | | | | | | | | |
| com ensino médio | 5 | | | | - | | | |
| com ensino técnico | - | | | | 10 | | | |
| com ensino superior | 1 | | | | 8 | | | |

| | 2013 | 2012 | | | | |
|--|--------------------------|------------------------------|------------------------------|--------------------------|------------------------------|------------------------------|
| Nº de empregados por sexo: | | | | | | |
| homens | 6 | 16 | | | | |
| mulheres | - | 2 | | | | |
| Nº de negros(as) que trabalham na empresa | 2 | 3 | | | | |
| Remuneração bruta segregada por: | | | | | | |
| empregados | 576 | 1.708 | | | | |
| 6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL | 2013 | 2012 | | | | |
| Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa | 3.572 | 4.238 | | | | |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: | () direção | (X) direção e gerências | () todos(as) empregados(as) | () direção | (X) direção e gerências | () todos(as) empregados(as) |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: | (X) direção e gerências | () todos(as) empregados(as) | () todos(as) (+) Cipa | (X) direção e gerências | () todos(as) empregados(as) | () todos(as) (+) Cipa |
| Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa: | (X) não se envolve | () segue as normas da OIT | () incentiva e segue a OIT | (X) não se envolve | () segue as normas da OIT | () incentiva e segue a OIT |
| A previdência privada contempla: | () direção | () direção e gerências | (X) todos(as) empregados(as) | () direção | () direção e gerências | (X) todos(as) empregados(as) |
| A participação nos lucros ou resultados contempla: | () direção | () direção e gerências | (X) todos(as) empregados(as) | () direção | () direção e gerências | (X) todos(as) empregados(as) |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa: | () não são considerados | (X) são sugeridos | () são exigidos | () não são considerados | (X) são sugeridos | () são exigidos |
| Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa: | (X) não se envolve | () apóia | () organiza e incentiva | (X) não se envolve | () apóia | () organiza e incentiva |
| Número de processos trabalhistas: | | | | | | |
| movidos contra a entidade | 6 | 1 | | | | |
| julgados procedentes | 5 | 3 | | | | |
| julgados improcedentes | - | 1 | | | | |
| Valor adicionado total a distribuir | 15.567 | 16.275 | | | | |
| Distribuição do Valor Adicionado (DVA): | | | | | | |
| ao Governo (%) | 28,76% | 20,02% | | | | |
| aos Colaboradores (%) | 13,39% | 12,91% | | | | |
| aos Acionistas (%) | 53,76% | 66,80% | | | | |
| a terceiros (%) | 4,09% | 0,26% | | | | |

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. CNPJ: 07.620.094/0001-40.
Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.
Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

9. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A empresa faz parte do Grupo Neoenergia que reafirma constantemente seus compromissos socioambientais e seu respeito com o Meio Ambiente e o desenvolvimento Sustentável.
Sustentabilidade
Para o Grupo Neoenergia, sustentabilidade, além de ser valor, é um atributo que faz parte de sua essência, que norteia seus negócios, suas atitudes, sua missão: ser a energia que movimenta e ilumina a vida das pessoas. No Brasil, 91% da energia elétrica são provenientes de usinas hidrelétricas, que estão entre as fontes mais limpas de geração de energia. Podemos dizer que o Brasil ruma para a liderança global em termos de energias limpas e que, neste contexto, o Grupo Neoenergia dá uma importante parcela de contribuição. Até 2019, seus empreendimentos serão responsáveis pela geração de 2,5% da energia do Brasil, tornando um 'player' de destaque na geração de energia de fonte renovável.
Compromisso Socioambiental
A preservação ambiental direciona a atuação do Grupo Neoenergia desde o planejamento de investimentos, obras e a execução dos projetos, incluindo a operação de seus diferentes negócios e a manutenção dos equipamentos. Todas as atividades são realizadas com respeito à legislação e de forma alinhada ao que determina o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), adotado desde 2005. Pautado na busca pela excelência, o SGA integra várias ações empresariais a práticas socioambientais responsáveis, gerenciando o controle das licenças e condicionantes e assegurando a implantação de medidas mitigadoras e/ou compensatórias.
Inovação e Diversificação da Matriz
Com investimentos de R\$ 1,2 bilhão, a Força Eólica do Brasil, *joint venture* entre Neoenergia e Iberdrola, concluiu em outubro de 2013, a construção do último de seus 10 parques eólicos na região Nordeste do Brasil. Juntos, estes parques têm capacidade instalada de 288MW, o suficiente para atender a 767 mil habitantes. A Neoenergia investe, também, na geração de energia solar. Depois de inaugurar a primeira usina de geração solar fotovoltaica da América Latina em um estádio de futebol (Pituaçu), em Salvador, na Bahia, o grupo inaugurou, dentro da Itaipava Arena Pernambuco, um dos estádios-sede da Copa 2014, a Usina Solar São Lourenço da Mata, que tem potência instalada de 1 megawatt pico, equivalente ao consumo de seis mil habitantes. Na ilha de Fernando de Noronha o grupo também está construindo duas usinas com parcerias distintas, que juntas terão 1000 kWp de potência instalada.
Economia e Redução de Emissões de CO2
O Grupo Neoenergia controla as empresas distribuidoras de energia elétrica em três importantes estados da região Nordeste: Coelba, na Bahia, Ceipe, em Pernambuco, e Cosern, no Rio Grande do Norte. Mais da metade dos clientes das distribuidoras é baixa renda e, por esta razão, desde 1998 a Neoenergia investe cerca de R\$ 413 milhões em programas de eficiência energética, com o objetivo de adequar o consumo desses clientes a sua capacidade de pagamento. Por meio do Programa Nova Geladeira, 246 mil geladeiras velhas e ineficientes foram substituídas por geladeiras novas e mais econômicas, com Selo Procel de eficiência energética. A iniciativa proporciona uma economia 256,9 GWh/ano em energia, o equivalente à geração de uma hidrelétrica de 53,3 MW. A geladeira velha é reciclada, a sucata é vendida e o dinheiro arrecadado é destinado a outros projetos realizados pelo Grupo Neoenergia, como o Vale Luz, que dá descontos na conta de energia aos clientes que doam lixo reciclável.
Restauração da Mata Atlântica
O Grupo Neoenergia ainda é signatário do Pacto para a Restauração da Mata Atlântica, por meio do Energia Verde. Iniciado em 2009, o programa concede descontos para quem troca eletrodomésticos antigos por novos, com Selo Procel A de economia de energia. Em 2013, foram recuperados 121 hectare por meio do plantio de 156.863 mudas de diferentes espécies de Mata Atlântica.
Educação, Cidadania e Desenvolvimento
Acreditando na educação como um agente de transformação da sociedade, o Grupo mantém uma consolidada parceria com o Instituto Ayrton Senna desde 2006 para estimular ações de melhoria do desempenho de alunos da rede pública de ensino. As iniciativas atendem a escolas públicas dos Estados da Bahia, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte e já beneficiaram mais de 19 mil crianças e adolescentes em três estados. O grupo também apoia, por meio de suas distribuidoras, iniciativas como Júnior Achievement (de empreendedorismo), contribuindo com a formação de mais de 9 mil alunos dos ensinos médio e fundamental. Por meio da Lei Rouanet, o Grupo Neoenergia também apoiou o projeto "Amigos do Bolshoi", cujo objetivo era realizar a inclusão cultural de três jovens de baixa renda de Salvador. Alinhado na linha das leis de incentivo, o Grupo concluiu o projeto Vila da Rainha, para resgatar traços arqueológicos na região de suas pequenas centrais hidrelétricas, situadas entre o Rio de Janeiro e o Espírito Santo.

Práticas de Cumprimento do Pacto Global
A Neoenergia desenvolve ações alinhadas aos compromissos voluntários assumidos em agosto de 2007, quando aderiu aos dez princípios universais do Pacto Global das Nações Unidas nos temas Direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. A empresa também é signatária dos Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que contribuem para a equidade e o desenvolvimento humano com ações que buscam a redução de males como a miséria, o preconceito racial, a mortalidade infantil por destruição e enfermidades e a analfabetismo.

10. GESTÃO DE PESSOAS

A partir desse ano temos como missão do Grupo é "Ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade, com eficiência, qualidade, segurança, sustentabilidade e respeito ao indivíduo".
A nova visão é "Ser admirada pelos clientes, governo, investidores e colaboradores e reconhecida nacionalmente como referência em inovação, padrões de operação, qualidade de atendimento, rentabilidade e crescimento".
Os novos valores, definidos para orientar a atuação dos colaboradores e, consequentemente, a atuação dos negócios, foram assim descritos:
1. Segurança: Colocamos a vida das pessoas em primeiro lugar.
2. Pessoas: Valorizamos e inspiramos as pessoas.
3. Respeito ao Cliente: Geramos valor para nossos clientes, por meio de serviços de qualidade e atendimento de suas necessidades.
4. Inovação e Empreendedorismo: Estimulamos o pensamento criativo e atuação autônoma.
5. Integridade: Fazemos o nosso trabalho com ética, honestidade, garantindo que a informação falada seja clara, correta e confidencial.
9. Excelência: Abordamos os desafios com planejamento e cuidado com os detalhes.
Diante desse novo cenário, foram eleitas algumas frentes de ação que visavam dar o suporte necessário à internalização da nova Missão, a nova Visão e os novos Valores, que descrevemos a seguir.

10.1. SAÚDE E SEGURANÇA

Dentre as principais ações desenvolvidas em 2013, destacamos:
• Segurança do Trabalho (próprios e terceirizados): Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA; constituição e coordenação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPA; palestras e reuniões de segurança; inspeções de segurança em imóveis administrativos, substações e turmas; formação de brigadistas e planos de emergência; recepções e auditorias de saúde e segurança nas Empresas Prestadoras de Serviços - EPS; fiscalização de alojamentos; realização do IX Seminário de Saúde e Segurança para EPS; controle e acompanhamento dos indicadores de acidentalidade.
• Segurança da População: realização de ações diretas como palestras e inspeções de segurança; treinamento para profissionais da construção civil; campanhas com orientações à sociedade visando a prevenção de acidentes, veiculadas em diversas mídias, tais como mensagem na conta de energia, jornal e entrevistas em rádio/TV.
10.2. CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
Algumas iniciativas de treinamento marcaram o ano de 2013:
• Formação de eletricitistas, aproveitando colaboradores advindo da comunidade e do Programa Jovem Aprendiz;
• Realização de assessment em 100% da liderança, visando identificar profissionais com talento para ocupar futuramente posições de liderança, fortalecendo nosso processo de Sucessão e promovendo a retenção desses talentos;
• Continuidade do Programa de Estágio que viabiliza o ingresso de estudantes em nossos quadros de estagiários, viabilizando formação e experiência em ambientes organizacionais, que tem como objetivo tornar os estagiários a base da cadeia de talentos da Organização, garantindo um pool de profissionais preparados para ascender aos primeiros cargos dos níveis técnico e superior;
• Programa de Gestão de Desempenho - PGD foi totalmente revisado em 2013; além de implantar uma nova metodologia, onde todos os colaboradores possuem objetivos individuais, o PGD contou com um novo sistema informatizado, auxiliando na consolidação da filosofia de que o colaborador é protagonista de sua carreira.
Outra importante evolução em nosso processo de formação e desenvolvimento de pessoas foi a implantação da #redeaprender, que é uma ferramenta de Educação a Distância (EAD) que viabiliza a oferta de cursos online, promovendo a interação, o aprendizado e a informação, além de reforço à cultura de autodesenvolvimento e democratização do conhecimento.

11. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.



BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

| | Notas | 2013 | | 2012 | |
|--|-------|---------------|---------------|-----------------|--|
| | | | | (reapresentado) | |
| ATIVO | | | | | |
| CIRCULANTE | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 2.567 | 7.353 | | |
| Contas a receber de clientes e demais contas a receber | 4 | 2.222 | 1.977 | | |
| Títulos e valores mobiliários | 5 | 2 | 3 | | |
| Impostos e contribuições a recuperar | 6 | 79 | 801 | | |
| Estoques | | 3 | 3 | | |
| Despesas pagas antecipadamente | | 56 | 70 | | |
| Outros ativos circulantes | | 319 | 351 | | |
| TOTAL DO CIRCULANTE | | 5.248 | 10.558 | | |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 5 | 16 | 349 | | |
| Impostos e contribuições a recuperar | 6 | 219 | 79 | | |
| Partes relacionadas | 19 | - | 1.079 | | |
| Depósitos judiciais | | 56 | 1 | | |
| Concessão do serviço público (ativo financeiro) | 7 | 8.089 | 5.513 | | |
| Intangível | 8 | 34.671 | 33.020 | | |
| TOTAL DO NÃO CIRCULANTE | | 43.051 | 40.041 | | |
| TOTAL DO ATIVO | | 48.299 | 50.599 | | |
| PASSIVO | | | | | |
| CIRCULANTE | | | | | |
| Fornecedores | 9 | 2.044 | 1.078 | | |
| Salários e encargos a pagar | 10 | 181 | 189 | | |
| Taxas regulamentares | 11 | 771 | 651 | | |
| Impostos e contribuições a recolher | 12 | 996 | 486 | | |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | 13 | 519 | 2.823 | | |
| Outros passivos circulantes | | 186 | 178 | | |
| TOTAL DO CIRCULANTE | | 4.697 | 5.405 | | |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | |
| Taxas regulamentares | 11 | 57 | 1 | | |
| Provisões | 14 | 140 | 6 | | |
| Partes relacionadas | 19 | 5 | 5 | | |
| Outros passivos não circulantes | | 24 | 17 | | |
| TOTAL DO NÃO CIRCULANTE | | 226 | 29 | | |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 15 | | | | |
| Capital social | | 30.916 | 30.916 | | |
| Reservas de lucro | | 6.183 | 6.183 | | |
| Proposta de distribuição de dividendos adicional | | 6.277 | 8.066 | | |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 43.376 | 45.165 | | |
| TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 48.299 | 50.599 | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

| | Notas | 2013 | | 2012 | |
|--|-------|---------------|---------------|------|--|
| | | | | | |
| RECEITA LÍQUIDA | 16 | 29.204 | 23.520 | | |
| CUSTOS DOS SERVIÇOS | 17 | (16.982) | (9.333) | | |
| LUCRO BRUTO | | 12.222 | 14.187 | | |
| Despesas gerais e administrativas | 17 | (2.744) | (2.927) | | |
| LUCRO OPERACIONAL | | 9.478 | 11.260 | | |
| Receitas financeiras | 18 | 671 | 504 | | |
| Despesas financeiras | 18 | (611) | (13) | | |
| LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | 9.538 | 11.751 | | |
| Imposto de renda e contribuição social | | (1.169) | (879) | | |
| Corrente | | (1.169) | (879) | | |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | 8.369 | 10.872 | | |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO DO CAPITAL - R\$ | | | | | |
| Ordinária | | 0,44 | 0,58 | | |
| Preferencial A | | 0,44 | 0,58 | | |
| Preferencial B | | 0,44 | 0,58 | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

| | Capital Social | Reserva de Lucros | | Lucros/Prejuízos | | Proposta de Distribuição de | | Total do Patrimônio | |
|---|----------------|-------------------|----------|------------------|-----------------------|-----------------------------|--|---------------------|--|
| | | Reserva Legal | | Acumulados | Dividendos Adicionais | Líquido | | | |
| Saldos em 01 de janeiro de 2012 | 30.916 | 6.065 | - | - | 5.369 | 42.350 | | | |
| Lucro líquido do exercício | - | - | 10.872 | - | - | 10.872 | | | |
| Aprovação da proposta de dividendos | - | - | - | (5.369) | - | (5.369) | | | |
| Destinações: | | | | | | | | | |
| Reserva Legal | - | 118 | (118) | - | - | - | | | |
| Dividendos propostos | - | - | (10.754) | 8.066 | - | (2.688) | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 30.916 | 6.183 | - | 8.066 | 8.066 | 45.165 | | | |
| Lucro líquido do exercício | - | - | 8.369 | - | - | 8.369 | | | |
| Aprovação da proposta de dividendos | - | - | - | (8.066) | - | (8.066) | | | |
| Destinações: | | | | | | | | | |
| Dividendos intermediários | - | - | (1.717) | - | - | (1.717) | | | |
| Dividendos propostos | - | - | (6.652) | 6.277 | - | (375) | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 30.916 | 6.183 | - | 6.277 | 6.277 | 43.376 | | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

| | 2013 | | 2012 | |
|--|-----------------|----------------|------|--|
| | | | | |
| FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL | | | | |
| Lucro Líquido do Exercício (Antes dos Impostos) | 9.538 | 11.751 | | |
| AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | | |
| Depreciação e Amortização | 2.362 | 2.002 | | |
| Encargos de Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais | 46 | 1 | | |
| Valor Residual do Ativo Intangível/Imobilizado Baixado | 52 | - | | |
| Provisão (Reversão) para Contingências Cíveis, Fiscais e Trabalhistas | 87 | (43) | | |
| | 12.085 | 13.711 | | |
| (AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS | | | | |
| Contas a Receber de Clientes e Outros | (245) | 1.052 | | |
| IR e CSLL a Recuperar | 147 | (88) | | |
| Impostos e Contribuições a Recuperar, Exceto IR e CSLL | 356 | 22 | | |
| Depósitos Judiciais | (55) | (1) | | |
| Despesas Pagas Antecipadamente | 14 | (14) | | |
| Partes Relacionadas | 1.077 | (1.077) | | |
| Outros Ativos | 35 | (8) | | |
| | 1.329 | (114) | | |
| AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS | | | | |
| Fornecedores | 966 | 195 | | |
| Salários e Encargos a Pagar | (8) | (172) | | |
| Taxas Regulamentares | 176 | (517) | | |
| Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) Pagos | (915) | (774) | | |
| Impostos e Contribuições a Recolher, Exceto IR e CSLL | 335 | (76) | | |
| Partes Relacionadas | - | (2.394) | | |
| Outros Passivos | 15 | (67) | | |
| | 569 | (3.805) | | |
| CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 13.983 | 9.792 | | |
| ATIVIDADE DE INVESTIMENTO | | | | |
| Aquisição de Intangível | (6.641) | (880) | | |
| Resgate de Títulos e Valores Mobiliários | 334 | 73 | | |
| GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | (6.307) | (807) | | |
| ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO | | | | |
| Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio | (12.462) | (7.154) | | |
| UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | (12.462) | (7.154) | | |
| AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA | (4.786) | 1.831 | | |
| Caixa e Equivalentes no Início do Exercício | 7.353 | 5.522 | | |
| Caixa e Equivalentes no Final do Exercício | 2.567 | 7.353 | | |
| VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA | (4.786) | 1.831 | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações Gerais

A Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. ("Afluente-G" ou "Companhia", anteriormente denominada Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A.), Companhia de capital aberto, controlada pela Neoenergia S.A., foi constituída em 31 de agosto de 2005, originalmente atendendo à segregação de atividades na Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA no processo de desverticalização do setor elétrico brasileiro, determinado pelo Governo Federal, conforme estabelece a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e em atendimento à Cláusula 12ª do Contrato de Concessão nº 010, firmado entre a COELBA e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 8 de agosto de 1997, bem como em atenção à Resolução Autorizativa nº 306, de 5 de setembro de 2005, que anuiu com a versão patrimonial e consequente transferência das concessões de geração e transmissão de energia elétrica para uma empresa subsidiária, a vigência é até Agosto de 2027. As usinas geradoras pertencentes à Afluente G são as Hidrelétricas Presidente Goulart e Alto Fêmeas que possuem potência instalada de 8,0MW e 10,65MW respectivamente.

Em 15 de janeiro de 2009 a Companhia celebrou com a Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Afluente-T", anteriormente denominada Imanisse Participações S.A.) Protocolo de Justificação de Cisão Parcial, com o objetivo de efetuar a segregação das suas atividades de geração e transmissão de energia elétrica ("Reestruturação Societária"), anteriormente exercidas integralmente pela Companhia. A cisão parcial e a consequente incorporação da parcela cindida de seu patrimônio líquido pela Afluente-T tiveram como data-base 30 de novembro de 2008, e esteve sujeita à obtenção de prévia aprovação da Reestruturação Societária pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), antes da qual todos os seus efeitos permaneceram suspensos.

No dia 1º de dezembro de 2009 a ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 2.219, anuiu a transferência das concessões de transmissão, da Companhia, com a versão de todos os ativos de transmissão, descritos no Contrato de Concessão de Transmissão, e passivos a eles vinculados, para a Afluente-T.

Atualmente a Companhia tem por objeto social (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar sistemas de geração de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, (ii) atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de geração de energia pertencente ao Estado, à União ou ao Município, prestar serviços técnicos de sua especialidade; (iii) participar em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista; (iv) formar consórcios ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial; (v) explorar a concessão do Serviço Público de Geração.

O Protocolo de Justificação de Cisão Parcial da Companhia determina que todas as variações patrimoniais posteriores à data-base da cisão parcial fossem diretamente alocadas e/ou apropriadas à Afluente-G ou à Afluente-T, conforme digam respeito, respectivamente às atividades de geração ou transmissão de energia elétrica. Consequentemente, em 21 de janeiro de 2010 foi emitido Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil da Afluente-G na data-base 29 de dezembro de 2009, detalhando o patrimônio líquido contábil da Afluente-G antes e após a cisão parcial dos seus ativos e passivos para a Afluente-T, bem como as variações patrimoniais posteriores à data-base da cisão parcial, após aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pela Administração da companhia cindida.

Em 26 de maio 2006 foi publicado o Despacho nº 1.115/2006, através do qual a ANEEL aprovou o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE), celebrado entre a Coelba (compradora) e Afluente (vendedora) em 28 de abril de 2006, amparado pelo processo de desverticalização, no montante de até 148.920 MWh anuais. O referido contrato vigorará até o exercício de 2027. O último reajuste das tarifas foi autorizado através da Resolução Homologatória nº 1.511, de 16 de abril de 2013, para R\$167,7/MWh.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 21 de fevereiro de 2014, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2 Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1 - Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se à energia elétrica comprada na CCVE.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2 - Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 - Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita de construção

A ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. (vide nota 8).

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na geração de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a geração de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4 - Imposto de renda e contribuição social correntes

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. São apurados com base no lucro presumido mediante aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda de 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

2.5 - Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6 - Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial) e recebíveis. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, concessão de serviço público e outros créditos.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

• Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

• Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As eventuais perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Os



2.11 - Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 553, de 12 de novembro de 2008, 654 de 28 de dezembro de 2010 e 677 de 13 de dezembro de 2011, que aprovam respectivamente o CPC 04 - Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão e ICPC 17 Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 - Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível excede o seu valor recuperável.

2.12 - Taxas regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

Com a edição da Lei nº 12.783/2013, a partir de 1º de janeiro de 2013, foram desobrigadas ao recolhimento das quotas anuais da às concessionárias de serviço público de transmissão e geração de energia elétrica prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013. Apenas as concessões outorgadas antes da Lei nº 8.987/95 foram impactadas por esta nova regulamentação, a Companhia não está enquadrada na desobrigação visto que sua concessão foi outorgada após a publicação da Lei nº 8.987/95.

b) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

c) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas.

d) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidem sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

2.13 - Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído, a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

2.14 - Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

2.15 - Provisões

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e civis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, civis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que adêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

2.16 - Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

2.17 - Normas, interpretações e alterações de normas contábeis:

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC/IFRS:

| Norma | Assunto |
|---------------------|--|
| CPC 19 (R2)/IFRS 11 | "Negócios em Conjunto" |
| CPC 26 (R1)/IAS 1 | "Apresentação das Demonstrações Contábeis" |
| CPC 33 (R2)/IAS 19 | "Benefícios a Empregados" |
| CPC 36 (R3)/IAS 10 | "Demonstrações Consolidadas" |
| CPC 40 (R1)/IFRS 7 | "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" |
| CPC 45/IFRS 12 | "Divulgações de Participações em outras Entidades" |
| CPC 46/IFRS 13 | "Mensuração do Valor Justo" |

Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, porém não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS:

| Norma | Assunto |
|----------|----------------------------|
| IFRIC 21 | "Taxas" |
| IFRS 9 | "Instrumentos Financeiros" |

3 Caixa e Equivalentes de Caixa

| | 31/12/13 | 31/12/12 |
|--|--------------|--------------|
| Caixa e depósitos bancários à vista | 21 | 75 |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata: | | |
| Fundos de investimento | 2.546 | 7.278 |
| | 2.567 | 7.353 |

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimentos Restritos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, podendo conter diversos ativos tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

4 Contas a Receber de Clientes

| | Ref. | 31/12/13 | 31/12/12 |
|--|------|--------------|--------------|
| Valores a receber correspondentes ao fornecimento de energia elétrica. | | | |
| Partes relacionadas (Nota 18) | (a) | 2.121 | 1.977 |
| Comercialização de energia na CCEE | | 101 | - |
| Total | | 2.222 | 1.977 |
| Circulante | | 2.222 | 1.977 |

(a) Referem-se aos contratos de fornecimento de energia no montante de 148.920 MWh com a COELBA.

Segue composição dos vencimentos:

| | Saldos vincendos | Total |
|---------------|------------------|--------------|
| Setor privado | 2.121 | 1.977 |
| Total | 2.121 | 1.977 |

5 Títulos e Valores Mobiliários

| Agente financeiro | Ref. | Tipo de aplicação | Vencimento | Indexador | 31/12/13 | 31/12/12 |
|-------------------|------|-------------------|------------|-----------|-----------|------------|
| Banco do Brasil | (a) | Fundo BB Polo | 01/06/2014 | | | |
| | | | 20/04/2017 | CDI | 18 | 352 |
| Total | | | | | 18 | 352 |
| Circulante | | | | | 2 | 3 |
| Não circulante | | | | | 16 | 349 |

(a) Corresponde às aplicações no Fundo BB Polo, que possuem prazo para resgate acima de 90 dias, com próximo vencimento em 1º de junho de 2014 e o último em 20 de abril de 2017.

6 Impostos e Contribuições a Recuperar

| | Ref. | 31/12/13 | 31/12/12 |
|---|------|------------|------------|
| Circulante | | | |
| Imposto de Renda - IR | (a) | - | 24 |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL | (a) | - | 202 |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS | (b) | 6 | 6 |
| Programa de Integração Social - PIS | (c) | 2 | 84 |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS | (c) | 7 | 388 |
| Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS | | 64 | 97 |
| | | 79 | 801 |
| Não circulante | | | |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS | (b) | 219 | 79 |
| | | 219 | 79 |
| Total | | 298 | 880 |

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) corresponde ao recolhimento indevido e/ou a maior quando da apuração do Lucro Presumido, nos termos do Artigo 1º da Lei nº 9.430/96, além das retenções fonte de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados. O saldo de 2013 foi totalmente compensado através das Declarações de Compensações - DCOMP no exercício.

(b) O imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) registrado no ativo refere-se ao diferencial de alíquota (DIFAL) decorrente das aquisições de bens de consumo e bens do Ativo Imobilizado.

(c) PIS e COFINS a compensar referente ao recolhimento indevido e/ou a maior decorrente da apuração do regime cumulativo estabelecido pela Lei nº 9.718/98 e retenção na fonte referente a serviços prestados. O saldo de 2013 foi parcialmente compensado através das Declarações de Compensações - DCOMP no exercício.

7 Concessão de Serviço Público (Ativo Financeiro)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Geração de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de geração de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem deve vender a energia gerada;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à capacidade de energia contratada entregue;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de fornecimento de energia ao mercado cativo.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de geração de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente;
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público; e
- (c) Parcela refere-se à recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional para construção, disponibilização e entrega de energia, tem de direta ou indiretamente entregar caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo valor residual.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de geração é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber pela energia gerada e entregue ao sistema (emissão do faturamento mensal da medição de energia gerada/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está assim representada:

| | 31/12/2013 | 31/12/12 |
|---|--------------|----------|
| Saldos em 01 de janeiro de 2012 | 5.825 | |
| Transferências | (312) | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 5.513 | |
| Transferências | 2.576 | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 8.089 | |

A concessão da Companhia não é onerosa; dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

8 Intangível

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

| | 31/12/2013 | | | 31/12/12 | | |
|-----------------------------|---|---------------|-----------------------|---------------|---------------|--|
| | Taxas anuais médias ponderadas de amortização | Custo | Amortização acumulada | Valor líquido | Valor líquido | |
| Em serviço | | | | | | |
| Direito de uso da concessão | 3% | 85.203 | (50.532) | 34.671 | 27.776 | |
| | | 85.203 | (50.532) | 34.671 | 27.776 | |
| Em curso | | | | | | |
| Direito de uso da concessão | | - | - | - | 5.244 | |
| | | - | - | - | 5.244 | |
| Total | | 85.203 | (50.532) | 34.671 | 33.020 | |

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

| | Em serviço | | | Em curso | | |
|---|---------------|-----------------------|---------------|--------------|---------------|---------------|
| | Custo | Amortização acumulada | Valor líquido | Custo | Valor líquido | Total |
| Saldos em 01 de janeiro de 2012 | 73.969 | (46.168) | 27.801 | 6.029 | 6.029 | 33.830 |
| Adições | - | - | - | 880 | 880 | 880 |
| Amortizações | - | (2.002) | (2.002) | - | - | (2.002) |
| Transferências - Intangíveis | 1.665 | - | 1.665 | (1.665) | (1.665) | - |
| Transferências - Ativos financeiros | 312 | - | 312 | - | - | 312 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 75.946 | (48.170) | 27.776 | 5.244 | 5.244 | 33.020 |
| Adições | - | - | - | 6.641 | 6.641 | 6.641 |
| Baixas | (52) | - | (52) | - | - | (52) |
| Amortizações | - | (2.362) | (2.362) | - | - | (2.362) |
| Transferências - Intangíveis | 11.885 | - | 11.885 | (11.885) | (11.885) | - |
| Transferências - Ativos financeiros | (2.576) | - | (2.576) | - | - | (2.576) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 85.203 | (50.532) | 34.671 | - | 34.671 | |

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de geração, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de geração. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

A Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 7/2/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição e no valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão.

9 Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

| | 31/12/13 | 31/12/12 |
|-------------------------------|--------------|--------------|
| Fornecedores | | |
| Energia elétrica: | 283 | 563 |
| Terceiros | 5 | 398 |
| Partes relacionadas (Nota 18) | 278 | 165 |
| Encargos de uso da rede | 172 | 91 |
| Partes relacionadas (Nota 18) | 172 | 91 |
| Materiais e serviços | 1.589 | 424 |
| Terceiros | 1.446 | 424 |
| Partes relacionadas (Nota 18) | 143 | - |
| Total | 2.044 | 1.078 |
| Circulante | 2.044 | 1.078 |

10 Salários e Encargos a Pagar

| | 31/12/13 | 31/12/12 |
|------------------------------------|------------|------------|
| Salários | 66 | - |
| Encargos sociais | 43 | 50 |
| Provisões férias | 55 | 139 |
| Encargos sobre provisões de férias | 17 | - |
| Total | 181 | 189 |

11 Taxas Regulamentares

| | 31/12/13 | 31/12/12 |
|---|------------|------------|
| Reserva Global de Reversão - RGR | 113 | 30 |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT | 398 | 355 |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | 58 | - |
| Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE | 6 | 8 |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH | 56 | 62 |
| Ministério de Minas e Energia - MME | 197 | 197 |
| Total | 828 | 652 |
| Circulante | 771 | 651 |
| Não circulante | 57 | 1 |

12 Impostos e Contribuições a Recolher

| | 31/12/13 | 31/12/12 |
|---|------------|------------|
| Circulante | | |
| Imposto de Renda - IR | 209 | 118 |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL | 130 | 74 |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS | 41 | 22 |
| Programa de Integração Social - PIS | 54 | 13 |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS | 236 | 59 |
| Impostos e Contribuições Retidos na Fonte | 326 | 200 |
| Total | 996 | 486 |

13 Dividendos

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, destinado, ao pagamento dos dividendos das ações ordinárias "Classe A". O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no cômputo do dividendo mínimo obrigatório.



| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|--|---------------|---------------|
| Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido | | |
| Ações ordinárias | 10.930 | 10.930 |
| Ações preferenciais classe "A" | 1.955 | 1.955 |
| Ações preferenciais classe "B" | 5.932 | 5.932 |
| Total | 18.817 | 18.817 |
| Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado | | |
| Luc | | |



(a) Abertura dos gastos de pessoal:

| | 31/12/13 | 31/12/12 |
|---|----------------|----------------|
| Remunerações | (1.253) | (1.387) |
| Encargos sociais | (559) | (540) |
| Auxílio-alimentação | (75) | (83) |
| Convênio assistencial e outros benefícios | (15) | (43) |
| Rescisões | (138) | - |
| Férias e 13º salário | (272) | (287) |
| Plano de saúde | (70) | (100) |
| Participação nos resultados | (204) | (46) |
| Total | (2.586) | (2.486) |

(b) Custo de construção conforme ICPC 01 corresponde a serviços e aquisições de equipamentos incorporados ao ativo de concessão no exercício.

18 Resultado Financeiro

| | 31/12/13 | 31/12/12 |
|---------------------------------|--------------|-------------|
| Receita financeira | | |
| Renda de aplicações financeiras | 341 | 472 |
| Variação monetária | 309 | - |
| Outras receitas financeiras | 21 | 32 |
| 671 | 504 | |
| Despesa financeira | | |
| Variação monetária | (18) | - |
| Outras despesas financeiras | (593) | (13) |
| Resultado financeiro | (611) | (13) |

19 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

| Empresas | Natureza de Ref. operação | 31/12/13 | | | 31/12/12 | | |
|--|---------------------------|--------------|------------|---------------|--------------|-----------|---------------|
| | | Ativo | Passivo | Resultado | Ativo | Passivo | Resultado |
| COELBA | (a) Energia fornecida | 2.121 | - | 24.465 | 1.979 | - | 23.257 |
| | (b) Uso da rede | - | 172 | (1.038) | - | 91 | (1.098) |
| | | 2.121 | 172 | 23.427 | 1.979 | 91 | 22.159 |
| ITAPEBI | Prestação de serviço | - | - | - | - | - | (1) |
| | | - | - | - | - | - | (1) |
| NC ENERGIA | (c) Energia comprada | - | 278 | (1.112) | - | 165 | (873) |
| | | - | 278 | (1.112) | - | 165 | (873) |
| AFLUENTE TRANSMISSÃO | (d) Reembolso de despesa | - | - | - | 1.079 | - | - |
| | | - | - | - | 1.079 | - | - |
| NO&M | (e) Prestação de serviço | - | 143 | (143) | - | - | - |
| | | - | 143 | (143) | - | - | - |
| Neoenergia S.A. | Dividendos | - | 330 | - | - | 2.362 | - |
| | Outros | - | 5 | - | - | 5 | - |
| | | - | 335 | - | - | 2.367 | - |
| Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil | Dividendos | - | 9 | - | - | 62 | - |
| | | - | 9 | - | - | 62 | - |
| Iberdrola Energia S.A. | Dividendos | - | 32 | - | - | 228 | - |
| | | - | 32 | - | - | 228 | - |
| Outros Minoritários | Dividendos | - | 148 | - | - | 171 | - |
| | | - | 148 | - | - | 171 | - |

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- Cobrança pelo fornecimento de energia referente ao contrato com a Coelba.
- Cobrança autorizada pela ONS contra empresas relacionadas correspondentes a gastos com sistema de distribuição.
- Cobrança referente aos contratos de curto prazo de compra de energia.
- Cobrança de gastos com pessoal cedido ou tomado com empresas do grupo.
- Cobrança referente ao contrato de prestação de serviços de operação e manutenção das usinas.

20 Gestão de Risco Financeiro

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Considerações Gerais e Políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da *holding*. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo, entretanto a Companhia não contraiu dívidas nos exercícios de 2013 e 2012.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem *rating* considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital. Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os períodos de 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Em 31 de dezembro de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - são valores considerados como mantidos para negociação e por isso classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Títulos e valores mobiliários - representam os fundos restritos compostos por papéis com prazo para resgate acima de 90 dias, considerados como mantidos para negociação e classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber de clientes e outros - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Concessão do serviço público (ativo financeiro) - são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão. São classificados com empréstimos e recebíveis, no caso dos ativos relacionados à geração.
- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Valor Justo

O Valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas.

A Administração da Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. Os *assets* possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código Anbima de Regulação e Melhores práticas. A mensuração do valor justo do ativo indenizável (concessão) é feita com a taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório).

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais já descritos no item 2.10 desta demonstração. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, o Grupo entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

O quadro a seguir apresenta o valor contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto na CPC 38:

| | 31/12/13 | | 31/12/12 | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Contábil | Valor justo | Contábil | Valor justo |
| Ativos financeiros (circulante/não circulante) | | | | |
| Empréstimos e recebíveis | 2.222 | 2.222 | 1.977 | 1.977 |
| Contas a receber de clientes e outros | 2.222 | 2.222 | 1.977 | 1.977 |
| Mensurados pelo valor justo por meio do resultado | 2.585 | 2.585 | 7.705 | 7.705 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2.567 | 2.567 | 7.353 | 7.353 |
| Títulos e valores mobiliários | 18 | 18 | 352 | 352 |
| Passivos financeiros (circulante/não circulante) | | | | |
| Mensurado pelo custo amortizado | (2.044) | (2.044) | (1.078) | (1.078) |
| Fornecedores | (2.044) | (2.044) | (1.078) | (1.078) |

Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação, conforme previsto no CPC 40.

| | 31/12/2013 | | | Total |
|---------------------------------|------------|---------|---------|-------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | |
| Ativos | | | | |
| Mantidos para negociação | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 21 | 2.546 | - | 2.567 |
| Títulos e valores mobiliários | 18 | - | - | 18 |
| | 39 | 2.546 | - | 2.585 |
| Fatores de risco | | | | |
| • Riscos financeiros | | | | |
| • Risco de taxas de juros | | | | |

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2013, aplicações financeiras atreladas ao CDI. A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

| Operação | Indexador | Risco | R\$ Mil | | |
|-------------------------------|-----------|--------------|-----------------|------------------|--------------|
| | | | Taxa no período | Cenário provável | Cenário (II) |
| Ativos financeiros | | | | | |
| Aplicações financeiras em CDI | CDI | Queda do CDI | 8,05% | 2.546 | 207 |
| | | | | | 155 |
| | | | | | 103 |

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte. Para os encargos de dívida foi considerada, no cenário provável, a projeção de taxa de juros divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

• Risco de Liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído a *rating* das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2013 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 2.564 mil em fundos restritos.

• Riscos Operacionais

• Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros. No caso de clientes o risco de crédito é baixo devido ao contrato de fornecimento de energia ser com a distribuidora do mesmo grupo.

Para os ativos financeiros oriundos da principal atividade realizada pela Companhia que é o de geração de energia, existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes.

Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a Companhia segue as disposições da Política de Crédito do Grupo que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo Neoenergia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Garantias e outros instrumentos de melhoria de créditos obtidos

De uma forma geral, por questões econômicas ou regulatórias, não são tomadas garantias físicas ou financeiras dos créditos obtidos nas atividades fins da Companhia, o Contas a receber de clientes e outros.

Sua principal exposição de risco de crédito é oriundo da possibilidade da empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber realizando diversas ações de cobrança. Além disso, o cliente da Companhia tem firmado um Contrato de Constituição de Garantia de Pagamento e Fiel Cumprimento das Obrigações.

A seguir, demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros da Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|--|------------|------------|
| Mensurados pelo valor justo por meio do resultado | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2.567 | 7.353 |
| Títulos e valores mobiliários | 18 | 352 |
| Empréstimos e recebíveis | | |
| Contas a receber de clientes e outros | 2.567 | 1.977 |

• Risco de Escassez

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios, as usinas térmicas disponíveis e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para o próximo ano um novo programa de racionamento.

21 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

| Riscos | Data da vigência | Importância | Consolidado | |
|--|-------------------------|-------------|-------------|--|
| | | | Prêmio | |
| Riscos Operacionais - Subestações e Usinas | 08/10/2013 a 08/10/2014 | 103.312 | 53 | |
| Responsabilidade Civil Operações | 08/10/2013 a 08/10/2014 | 50.000 | 10 | |

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir:

Apólice de Seguro de Riscos Operacionais - imóveis próprios, locais (de/ou para terceiros), almoxarifados, subestações e usinas - pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária para todos os riscos (seguro do tipo *"all risks"*) exceto os expressamente excluídos na apólice.

Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Geral - cobertura para reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais da Companhia. O limite máximo de indenização da apólice tanto para um único evento quanto para uma combinação de eventos é de R\$ 50.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Geovanne Tobias da Silva - **Presidente**
Gonzalo Pérez Ferrández - **Vice-presidente**

Titulares

Jose Maurício Pereira Coelho
Solange Maria Pinto Ribeiro

Suplentes

Jorge Luiz Pacheco
Mario José Ruiz-Tagle Larrain
André Luis Dantas Furtado
Lara Cristina Ribeiro Piau Marques

DIRETORIA

Alejandro Roman Arroyo
Diretor-Presidente

Erik da Costa Breyer

Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores

Jose Eduardo Pinheiro Santos Tanure
Diretor de Regulação

Elvira Baracuchy Cavalcanti Presta

Diretora de Planejamento e Controle

Lady Batista de Moraes
Diretora de Gestão de Pessoas

CONTADORA

Cristiane Duarte Tavares
CRJ 092950/0-5

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2014

Alejandro Roman Arroyo
Diretor-Presidente

Lady Batista de Moraes
Diretora de Gestão de Pessoas

Elvira Baracuchy Cavalcanti Presta
Diretora de Planejamento e Controle

Jose Eduardo Pinheiro Santos Tanure
Diretor de Regulação

Erik da Costa Breyer
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A. tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2013, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e balanço social, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Jorge Luiz Pacheco (suplente)

José Maurício Pereira Coelho

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2014.

Mario José Ruiz-Tagle Larrain (suplente)

Solange Maria Pinto Ribeiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A. ("Afluentes G" ou "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração